



DEFENSOR PÚBLICO  
GERAL DO ESTADO

**André Luis Machado de Castro**

**ÓRGÃOS DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO**

**1º SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO**

*Denis de Oliveira Praça*

**2º SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO**

*Rodrigo Baptista Pacheco*

**CHEFIA DE GABINETE**

*Paloma Araújo Lamego*

**CORREGEDORA GERAL**

*Eliane Maria Barreiros Aina*

**SUBCORREGEDORA GERAL**

*Maria Leonor Fragoso de Queiroz Carreira*

**ASSESSORIA DA CORREGEDORIA GERAL**

*Lincoln Cesar de Queiroz Lamellas*

*Cristina Santos Ferreira*

*Isabella Maria de Paula Borba*

**SECRETÁRIA-GERAL**

*Marcia Cristina Carvalho Fernandes*

**ASSESSOR PARLAMENTAR**

*Francisco Messias Neto*

**COORDENADORA DE MOVIMENTAÇÃO**

*Marcia Cristina do Amaral Gomes*

**ASSESSORES DA COORDENAÇÃO**

*Eduardo Rodrigues de Castro*

*Alexandre de Carvalho Rodrigues Romo*

**DIRETOR-GERAL DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS - CEJUR**

*José Augusto Garcia de Sousa*

**DIRETORA DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES E ESTAGIÁRIOS**

**DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS - CEJUR**

*Adriana Silva de Brito*

**COORDENADORA GERAL DE ESTÁGIO E RESIDÊNCIA JURÍDICA**

*Maria de Fátima Abreu Marques Dourado*

**OUVIDOR GERAL**

*Pedro Daniel Strozenberg*

**SUBOUVIDOR GERAL**

*Odin Bonifacio Machado*

**SUBCOORDENADORA DO CONCURSO**

*Márcia Cristina Carvalho Fernandes*

**COORDENADORA DA CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO**

*Gabriela Varsano Cherem*

**COORDENADORA GERAL DE PROGRAMAS INSTITUCIONAIS**

*Daniella Capelletti Vitagliano*

**COORDENADOR-GERAL DO INTERIOR**

*Marcelo Leão Alves*

**COORDENADORA CÍVEL**

*Cintia Regina Guedes*

**SUBCOORDENADORA CÍVEL**

*Simone Haddad Lopes de Carvalho*

**COORDENADOR DE DEFESA CRIMINAL**

*Emanuel Queiroz Rangel*

**DEFENSORIA PÚBLICA**

**www.dpge.rj.gov.br**

**SUMÁRIO**

Atos da Defensoria Pública-Geral ..... 1

**Atos da Defensoria Pública-Geral**

**ATO DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL E  
DA CORREGEDORA-GERAL**

**RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 04 DE 30 DE MARÇO DE 2017**

**ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DA  
RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 01, DE 10 DE MAIO  
DE 2016, QUE DISPÕE SOBRE DIVISÃO E  
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOS ÓRGÃOS  
DE ATUAÇÃO JUNTO AO REX - NÚCLEO DE  
RECURSOS EXCEPCIONAIS.**

**O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL E A CORREGEDORA-GERAL DA  
DEFENSORIA PÚBLICA**, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO:**

- a necessidade permanente de aprimoramento da atuação institucional junto aos Tribunais Superiores, conjugando-se com os avanços tecnológicos e com as possibilidades de racionalização dos recursos financeiros da Defensoria Pública ensejadas por tais inovações;

- que a Defensoria Pública firmou, em 15 de fevereiro de 2017, protocolo de cadastramento junto ao Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal para recebimento das intimações por meio eletrônico;

- a edição do Aviso da Corregedoria Geral da Defensoria Pública publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 17 de fevereiro de 2017, informando que “foi formalizada a inclusão da instituição nos sistemas de

intimação eletrônica do STF e STJ, e, portanto, a partir de 16 de fevereiro, as intimações dos processos eletrônicos passarão a ser feitas exclusivamente por meio eletrônico, nos respectivos portais desses Tribunais.”;

- que em fevereiro de 2017 ocorreu o retorno dos Defensores Públicos residentes em Brasília afastados por determinação do Conselho Superior da Defensoria Pública em 14/12/2012 e 17/03/2014, conforme Processos nº E-20/21528/2012 e E-20/001/2241/2015, a seus órgãos de origem;

- que, com o novo regime de intimação por meio eletrônico, aliado à mencionada alteração da situação de fato, imperiosa se faz a readequação dos artigos 1º, 2º, 3º e 4º da Resolução Conjunta nº 01, de 10 de maio de 2016;

- a necessidade de promover a redistribuição dos trabalhos prevista na Resolução Conjunta nº 01, de 10 de maio de 2016, mantendo-se integralmente as demais normas, inclusive aquelas referentes às férias, com fundamento no interesse público em conjugá-las com o período de férias coletivas dos membros dos Tribunais Superiores; e

- ainda, que a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro mantém escritório de representação em Brasília, para assessoramento dos membros da instituição no acompanhamento de feitos em tramitação perante os Tribunais Superiores, com estrutura permanente para atendimento a esses tribunais;

**RESOLVEM:**

**Art. 1º** - Os artigos 1º, 2º e 4º da Resolução Conjunta nº 01, de 10 de maio de 2016, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Nas Defensorias Públicas junto aos Tribunais Superiores a divisão de trabalho entre os órgãos de atuação se dará pelo número final dos processos entre todos os Defensores Públicos em atuação plena.

I - (revogado);

II - (revogado);” (NR).

Art. 2º - A divisão por final de processo se dará nos moldes da tabela abaixo, considerando a existência de três órgãos criminais e quatro órgãos cíveis:

2º DP CÍVEL (Defensor em readaptação) Atendimento ao público3º DP CÍVEL Finais 1, 2 e 74ª DP CÍVEL Finais 3, 4 e 86ª DP CÍVEL Finais 5, 6 e 91ª DP CRIMINAL Finais 1, 2 e 73ª DP CRIMINAL Finais 3, 4 e 85ª DP CRIMINAL Finais 5, 6 e 9

Parágrafo Único - O final zero será ignorado, valendo o número anterior diferente de zero.” (NR)

(...)

Art. 4º - Quando o número de órgãos em cada especialidade for superior ao número de Defensores em exercício pleno, incidirá o regime de acumulação, permanecendo a divisão prevista no art. 2º.” (NR)

**Art. 2º** - Fica revogado o art. 3º da Resolução Conjunta nº 01, de 10 de maio de 2016.

**Art. 3º** - Esta Resolução Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2017

**ANDRÉ LUÍS MACHADO DE CASTRO**Defensor Público-Geral  
**ELIANE MARIA BARREIROS AINA**Corregedora-Geral

Id: 2021508

**ATO DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL**

**RESOLUÇÃO DPGE Nº 874 DE 28 DE MARÇO DE 2017**

**CONSOLIDA AS NORMAS SOBRE ATUAÇÃO  
EM REGIME ESPECIAL NO ÂMBITO DA  
DEFENSORIA PÚBLICA, DISPÕE SOBRE A  
COORDENAÇÃO DO PLANTÃO E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 8º, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 06/77 e art.100 da Lei Complementar nº 80/94,

**CONSIDERANDO:**

- que a Defensoria Pública do Estado, a teor do art. 134, §2º, da Constituição Federal, do art. 97-A da Lei Complementar nº 80/94 e do art. 4º da Lei Complementar nº 06/77, possui autonomia administrativa para a organização de sua estrutura e para a gestão e execução de suas funções impostas constitucionalmente;

- que o pleno exercício da referida autonomia envolve a adoção de medidas que garantam assistência jurídica integral, gratuita e ininterrupta aos que se encontram em situação de vulnerabilidade;

- que, durante os finais de semana, feriados, pontos facultativos, recesso e períodos em que não há expediente forense, podem ocorrer violações a direitos individuais e coletivos que reclamem pronta e imediata tutela jurídica em regime de plantão;

- que existe a necessidade de regulamentação de parâmetros mínimos de atuação a serem observados em regime de plantão;

- que a descentralização administrativa, através da criação de Coordenações Especializadas, confere excelência, aperfeiçoamento e maior eficiência ao serviço público prestado pela Defensoria Pública aos que se encontram em situação de vulnerabilidade; e

- que as regras de designação de Defensores Públicos para atuação em regime de plantão devem ser transparentes;

**RESOLVE:**

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** - A assistência jurídica, integral e gratuita aos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV, da CRFB/88, é direito fundamental, e constitui serviço público essencial, ininterrupto e contínuo, a ser prestada não só durante o expediente normal, mas também em regime especial, da seguinte forma:

**I** - Todos os dias, das dezoito horas às onze horas do dia seguinte, em plantão noturno;

**II** - Feriados, finais de semana, recesso e pontos facultativos, das onze horas às dezoito horas, em plantão diurno; e

**III** - quando for considerado imperioso pela Administração Superior, cujo funcionamento será regulamentado em ato próprio expedido para o período.

**Art. 2º** - A atuação em regime de plantão destina-se exclusivamente à adoção, em primeiro e segundo graus de jurisdição, das seguintes medidas urgentes, voltadas à promoção dos direitos humanos e à defesa dos direitos individuais e coletivos das pessoas em situação de vulnerabilidade:

**I** - impetração de habeas corpus e mandados de segurança em que figurar como coator autoridade submetida à competência jurisdicional do plantão judiciário;

**II** - análise das comunicações de prisão em flagrante e pedidos de seu relaxamento e/ou concessão de liberdade provisória;

**III** - pedidos de relaxamento e/ou revogação de prisões preventivas e temporárias;

**IV** - pedidos de busca e apreensão de pessoas, bens ou valores, desde que objetivamente comprovada a urgência ou que o pleito da medida no expediente forense normal implicará em lesão grave ou de difícil reparação;

**V** - medidas protetivas no âmbito da violência doméstica e outras de natureza cível ou criminal que não possam ser realizadas no horário normal de expediente ou cuja demora possa resultar risco de grave prejuízo ou de difícil reparação; e

**VI** - análise das comunicações de apreensão em flagrante de ato infracional e pedidos de liberação do adolescente bem como pleitos de revogação de eventual internação provisória decretada.

**Art. 3º** - O Defensor Público que, em função do término do expediente normal, necessitar encaminhar o usuário para a adoção de medidas urgentes em regime de plantão, deverá fazê-lo por escrito, por meio de ofício com indicação do órgão de origem e motivo do encaminhamento.

**Parágrafo Único** - Quando já existir processo físico em andamento, o Defensor Público de origem deverá, ainda, remeter cópias dos autos e de todos os documentos indispensáveis à compreensão da controvérsia.

**Art. 4º** - Durante o plantão, podem ser formulados pedidos de levantamento de importância em dinheiro ou valores bem como de liberação de bens apreendidos quando, em caráter excepcional, for objetivamente comprovado que o pleito da medida no expediente normal causará à parte lesão grave ou de difícil reparação.

**Art. 5º** - Caberá à Diretoria de Recursos Humanos designar os servidores, e, à Coordenação Geral do Estágio Forense e Residência Jurídica, os estagiários que cumprirão os plantões.

**CAPÍTULO II  
DO PLANTÃO DIURNO**

**Art. 6º** - O plantão diurno será prestado, na Comarca da Capital, pelos Defensores Públicos titulares de órgãos na respectiva comarca, em sistema de rodízio por ordem alfabética.

**§ 1º** - O Defensor Público que assumir a titularidade na Comarca da Capital integrará o rodízio por ordem alfabética, independentemente de já ter efetuado plantão na comarca onde estava anteriormente designado.

**§ 2º** - O Defensor Público que deixar de ser designado por estar afastado de suas funções, em razão de férias ou licença, integrará a escala de rodízio quando for novamente designado, e fará o primeiro plantão subsequente, independentemente da ordem estabelecida no caput.

**§ 3º** - O Defensor Público que não tiver interesse em atuar em regime de plantão durante todo o ano, deverá se manifestar pessoalmente, por meio físico ou mensagem eletrônica, a ser enviada para o endereço da Coordenação de Movimentação, anualmente, até o dia 30 de novembro.

**§ 4º** - Não será acolhido o pedido de exclusão do rodízio de plantão por período inferior a um ano.

**Art. 7º** - No período de 20 de dezembro a 06 de janeiro, o rodízio de plantão na Comarca da Capital será feito com base na listagem de Defensores Públicos e Defensores Públicos Substitutos inscritos voluntariamente, obedecida a ordem de antiguidade, desde que compatível com eventual designação de plantão referente ao órgão de origem.

**Parágrafo Único** - Na hipótese de não haver número suficiente de inscritos, adotar-se-á a regra de designação prevista no caput do art. 6º.

**Art. 8º** - Nas demais Comarcas, o plantão diurno será desempenhado pelo Defensor Público em exercício no órgão oficiante junto ao Juízo de Direito que for designado para atuar em regime de plantão pelo Poder Judiciário Estadual.

**§ 1º** - As designações para plantão, preferencialmente, serão efetuadas de modo a evitar que o mesmo Defensor Público realize mais de um plantão no mesmo mês.

**§ 2º** - Nos casos em que houver mais de um Defensor Público designado para a mesma Defensoria Pública, a designação para o plantão obedecerá a ordem de antiguidade na carreira, do mais antigo para o mais novo.

**§ 3º** - Nos casos em que houver plantão em mais de um órgão do Poder Judiciário aos quais corresponda apenas uma Defensoria Pública ou onde esteja atuando um único Defensor Público, a designação para plantão obedecerá aos seguintes critérios:

**I)** serão designados os Defensores Públicos em exercício em Núcleos de Primeiro Atendimento da respectiva Comarca, obedecendo o critério de antiguidade na carreira, do mais antigo para o mais novo;

**II)** quando os Defensores Públicos em exercício em Núcleo de Primeiro Atendimento forem designados para plantão no referido mês, conforme o inciso anterior, e, ainda assim, remanescer plantão judiciário na mesma Comarca, a designação recairá sobre o Defensor Público em exercício perante o órgão do Poder Judiciário em plantão, hipótese em que será designado para mais de um plantão dentro do mesmo mês.

**§ 4º** - Nas Comarcas de Barra do Piraí, Itaguaí, Itaperuna, Paraíba do Sul e Três Rios a tabela de plantão será elaborada considerando a correspondência entre órgãos judiciais e Defensorias Públicas conforme Anexo.

**Art. 9º** - Será admitida a substituição ou permuta da designação para realização de plantão, devendo os interessados comunicar à Coordenação de Movimentação - COMOV.

**Art. 10** - Para recebimento da diária prevista no art. 93, §2º, da Lei Complementar nº 06/77, os Defensores Públicos e os Defensores Públicos Substitutos deverão encaminhar à Corregedoria Geral requerimento preferencialmente instruído com a ata do plantão realizado.

**CAPÍTULO III  
DO PLANTÃO NOTURNO**

**Art. 11** - O plantão noturno será realizado por um grupo de, no mínimo, 3 (três) Defensores Públicos plantonistas, com jornada de trabalho de dezessete horas por plantão, iniciando às dezoito horas e terminando às onze horas do dia seguinte.

**Art. 12** - Podem ser designados para atuação no plantão noturno todos os Defensores Públicos que exercem função de substituição.

**§ 1º** - Os Defensores Públicos mencionados no caput deste artigo serão selecionados pela COMOV, por intermédio da abertura de edital, para atuação no plantão noturno, durante um trimestre.

**§ 2º** - Os Defensores Públicos interessados nas vagas oferecidas deverão se inscrever no período determinado e previamente divulgado pela COMOV.

**§ 3º** - O critério de escolha para atuação no plantão noturno será o da antiguidade na carreira.







## Defensor Público Geral - DPGE

### Aviso Geral

| De 06.12.2022

**Referência:** Processo nº E-20/001.000905/2021

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e a CORREGEDORA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, **AVISAM** aos integrantes da Instituição e às pessoas interessadas que, no dia **08 de dezembro de 2022 (Dia da Justiça)**, todas as unidades da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro funcionarão normalmente.

Os órgãos de atuação situados dentro dos Fóruns e que não estiverem de plantão trabalharão de forma remota.

Por fim, as Defensoras e os Defensores Públicos designados perante os órgãos jurisdicionais de plantão terão atribuição concorrente para demandas urgentes, nos termos do art.2º da Resolução DPGE nº 874/2017.

Id: 202201963 - Protocolo: 1021658

**Referência:** Processo nº E-20/001.000905/2021

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, **AVISA** aos integrantes da Instituição e às pessoas interessadas que, considerando o **Decreto 48.260 de 29 de novembro de 2022**, nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo, fica estabelecido ponto facultativo em todas as unidades da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Id: 202201965 - Protocolo: 1022183

### Ato de Designação

| De 06.12.2022

**Referência:** Processo nº E-20/001.010822/2019

**DESIGNA** o(a) Exmo(a). Defensor(a) Público(a) **NATALIE DE PINHO BIANCHI GARCIA** para atuar no Plantão Especial do Juizado do Torcedor e Grandes Eventos, no Show do Cantor Harry Styles, no dia 08.12.2022, quinta-feira, primeiro turno, das 13h às 18h30min.

**DESIGNA** o(a) Exmo(a). Defensor(a) Público(a) **RALPH LIMA FONSECA** para atuar no Plantão Especial do Juizado do Torcedor e Grandes Eventos, no Show do Cantor Harry Styles, no dia 08.12.2022, quinta-feira, segundo turno, das 18h30min às 00h.

**DESIGNA** a(o)(s) Exma(o)(s). **GLAUCE PASSOS DE SOUZA MAUES, MARCIA CRISTINA CARVALHO FERNANDES, RAPHAEL COELHO BERBA e VALÉRIA KELNER** para atuar(em) de forma presencial na “DEFENSORIA PÚBLICA – AÇÃO SOCIAL – COM PARCERIA COM MERCK/SA”, que será realizada no dia 03.12.2022, sábado, 9h às 15h, na Rua Joaquim Inácio Filho, nº 29, Taquara - Escola Municipal Vitor Meireles.

Id: 202201966 - Protocolo: 1022427

### Portaria

| De 06.12.2022

**Referência:** Processo nº E-20/001.007076/2022

### PORTARIA SEGAB/DPGERJ Nº 09/2022

#### COMPÕE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL, no uso de suas atribuições legais estatuídas no art. 155 e seguintes da Lei Complementar Estadual 06/1977,

#### RESOLVE:

**Art. 1º.** DESIGNAR **Andre Luiz de Felice Souza**, Defensor Público de Classe Especial, matrícula 179.173-0, **José Paulo Tavares de Moraes Sarmento**, Defensor Público de Classe Especial, matrícula 268.478-5 e **Gabriele Ribeiro de Oliveira Monteiro**, Defensora Pública de Classe Especial, matrícula nº 817.002-9, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, incumbida de apurar, no prazo estabelecido em lei, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam no processo administrativo E-20/001.007076/2022, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2022.

**RODRIGO BAPTISTA PACHECO**

Defensor Público-Geral

Id: 202201968 - Protocolo: 0911587

## Corregedoria Geral - CG

